

A função da reciprocidade em organizações ativistas solidárias

El papel de la reciprocidad en las organizaciones activistas solidarias

The role of reciprocity in solidarity-based activist organizations

Luiz Inácio Gaiger

luiz.gaiger@gmail.com

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0241-7064>

Recibido: 06/05/2026 - Aceptado: 06/05/2026

Resumo

Compreendido a partir das obras seminais de Marcel Mauss e Karl Polanyi, o princípio de reciprocidade tem desempenhado um papel decisivo na história e nos tempos atuais. Contrapondo-se a lógicas de mercado, a reciprocidade é o meio pelo qual várias sociedades responderam à questão primordial da nossa interdependência, pela via da intercompreensão, do mútuo reconhecimento e da aliança. Em nossos dias, ela sustenta organizações alternativas, com suas próprias dinâmicas e evoluções. Esse artigo aborda esses temas, demonstrando sua efetividade entre organizações ativistas solidárias e indicando como realizar pesquisas, tendo a reciprocidade como prisma de análise. Vale-se de estudos bibliográficos a respeito, integrando-os a uma sucessão de pesquisas empíricas, com destaque para um estudo internacional sobre as formas recentes de ativismo social. As conclusões reiteram a urgência de abandonarmos as falácias da economia de mercado e do crescimento perpétuo, para dar o devido lugar aos vínculos que tecemos uns com os outros, como pilares da vida em nossa história e em nossos possíveis futuros.

Palavras-chave: alternativas, ativismo social, reciprocidade.

Resumen

Compreendido a través de las obras fundamentales de Marcel Mauss y Karl Polanyi, el principio de reciprocidad ha desempeñado un papel decisivo en la historia y en la actualidad. En contraposición a las lógicas del mercado, es el medio por el cual diversas sociedades han respondido a la cuestión fundamental de nuestra interdependencia, por la vía de la comprensión mutua, del reconocimiento y de la alianza. En nuestros días, sustenta organizaciones alternativas, con sus propias dinámicas y evoluciones. Este artículo aborda estos temas, demuestra la eficacia de la reciprocidad en organizaciones activistas basadas en la solidaridad e indica cómo realizar investigaciones desde la reciprocidad como prisma analítico. Se basa en estudios bibliográficos sobre el tema, integrándolos con diversas investigaciones empíricas, con énfasis en un estudio internacional sobre formas recientes de activismo social. Las conclusiones reiteran la urgencia de abandonar las falacias de la economía de mercado y del crecimiento perpetuo, para dar el lugar que merecen a los lazos que tejemos entre nosotros, como pilares de la vida en nuestra historia y en nuestros posibles futuros.

Palabras clave: alternativas, activismo social, reciprocidad.

Abstract

Understood through the seminal works of Marcel Mauss and Karl Polanyi, the principle of reciprocity has played a decisive role in history and in current times. Counteracting market logics, it is the means by which various societies have responded to the fundamental question of our interdependence, through mutual understanding, recognition, and alliance. In our time, it sustains alternative organizations in their own dynamics and evolutions. This article addresses these themes, demonstrating their effectiveness within solidarity-based activist organizations and outlining how to conduct research through reciprocity as an analytical framework. It draws on bibliographic studies on the subject, integrating them with a succession of empirical research, with emphasis on an international study on recent forms of social activism. The conclusions reiterate the urgency of abandoning the fallacies of the market economy and perpetual growth, and of giving due place to the bonds we weave with one another as pillars of life in our history and in our possible futures.

Keywords: alternatives, social activism, reciprocity.

Introdução

Uma sociedade virtuosa, assim como as organizações que renunciem alternativas ao mundo de hoje, seria forjada com outros tipos de relações sociais, distintas das reinantes em nossos dias e contrárias aos processos deletérios de dominação, exploração, expropriação e opressão que vivenciamos. Entre pensadores e ativistas, essa premissa é provavelmente consensual. Variados enfoques e contraposições, com o intuito de dividir as águas entre a sociedade *velha* e a *nova*, tornaram-se correntes: indivíduo vs. coletividade, sociedade vs. comunidade, capitalismo vs. socialismo etc. Cedo ou tarde, via de regra, elas esbarraram em aporias, em perguntas sem resposta ou em tentativas de materializá-las, porém sem o êxito esperado ou com flagrante insucesso. Daí um descrédito que culminou na chamada crise das ideologias e na sensação de que ainda não acertamos o rumo certo a tomar, tampouco o ponto de chegada.

Quem sabe, o problema seja o ponto de partida. Esta é a premissa deste artigo: deveríamos aprender com o passado e com as realidades atuais, vivas, para conhecer a matéria própria de modos de vida que têm evitado as iniquidades próprias às nossas sociedades de mercado. Deveríamos verificar como esses modos de vida funcionam, precisamente porque existem efetivamente e podem renovar-se e expandir-se, além de incorporar valores da nossa civilização (mas não exclusivos dela) dos quais não abriríamos mão, como a equidade e a liberdade. Esse caminho dispensaria visões apolíneas do futuro e idealizações irrealistas dos processos de transformação.

Um princípio de organização social com esse potencial já precisaria ter se submetido à prova dos nove da experiência histórica, tanto no plano micro das interações em círculos próximos às pessoas quanto no plano macro das lógicas estruturantes dos sistemas sociais. O título deste artigo sugere a resposta e o plano de análise proposto: a chave reside no princípio da *reciprocidade*. Em continuidade a vários trabalhos anteriores sobre o tema, a reciprocidade será tratada aqui no âmbito de organizações solidárias engajadas em lutas de resistência e em experimentações alternativas. A razão dessa escolha é simples: se tal princípio não vigorar no âmago dessas organizações, por que haveria de funcionar nas sociedades que elas almejam para todos? Ademais, na medida em que a relevância da reciprocidade ao longo da história já foi objeto de artigos e apresentações, este artigo concentra-se em fatos do presente ou do passado recente, valendo-se de material empírico ainda por explorar, proveniente de uma pesquisa de abrangência internacional. Isso permitirá adendar, com novos prismas, alguns argumentos

desenvolvidos no último artigo publicado em *Otra Economía* (Gaiger, 2023a), do qual este texto, de certo modo, constitui um desdobramento.

O ponto de partida do marco teórico-conceitual sobre a reciprocidade, aqui proposto, é a nossa condição humana primordial de interdependência (Gaiger, 2016). Dela resulta o mister de entrarmos em múltiplas relações com nossos coabitantes, contraindo vínculos com eles, cujo teor definirá o sistema social no qual nos tocará viver. Esta é a raiz do *paradigma da dádiva*, formulado por Marcel Mauss (2003): o desafio da interdependência é vencido pela via da confiança e da aliança, evitando-se a rivalidade e garantindo-se a paz, como fizeram inúmeros povos e civilizações. A lógica da dádiva é intrínseca à reciprocidade, sendo esse o ponto que liga as obras de Marcel Mauss e de Karl Polanyi (2000), outro autor central desta abordagem, como veremos a seguir. Essas questões serão abordadas na próxima seção desse artigo.

A aplicação do conceito a realidades empíricas, em situações de pesquisa de campo, será o propósito da segunda seção. Uma aplicação deste estilo, baseada nos dados da pesquisa antes referida, deu origem ao artigo supramencionado, de 2023. Da análise então empreendida, resultaram cinco tipos de coletivos ativistas (designação adotada no estudo) e cinco modelos correlatos de reciprocidade. Tal princípio mostrou-se um elemento explicativo-chave dos coletivos ativistas, a ser levado em conta em estratégias que visem promovê-los.

O andamento posterior da pesquisa acrescentou novos elementos, dentre eles um sexto tipo de coletivo ativista, com seu respectivo modelo de reciprocidade. Ademais, permite agora uma visualização conjunta, incluindo outros tipos de organização. Surgem também questões que põem à prova a reciprocidade, tema da terceira seção. Algumas decorrem da dinâmica singular da reciprocidade no interior de organizações que requerem participação e geram múltiplos vínculos. Outras provêm do ambiente circundante, no qual, concomitantemente, vigoram outros princípios e lógicas sociais. Um impulso próprio da reciprocidade que propende a estender os laços que a sustentam a outras pessoas e a círculos mais amplos, ou a criar dispositivos de cooperação entre organizações, será tratado ao final dessa seção.

Antes de avançarmos, convém uma clarificação quanto à nossa base empírica de referência e ao modo como a designamos. Dado que a linha conceitual e argumentativa desse artigo foi desenvolvida gradativamente, em consonância com pesquisas sucessivas sobre organizações *alternativas* (por seu modo de funcionamento e por seus propósitos), ela se apoia em um conjunto relativamente diverso de iniciativas.¹ Com frequência, os empreendimentos de Economia Social e Solidária (ESS) foram o objeto preponderante (Gaiger, 2023b). Estudos sobre *empresas sociais* (Gaiger e Wanderley, 2022) também levaram a conclusões afins. Por sua vez, a última pesquisa sobre organizações alternativas referiu-se a *coletivos ativistas*, conceito que abrange principalmente, como veremos, iniciativas recentes (Gaiger, 2025a), sem excluir organizações similares identificadas à ESS.

Diante desse panorama, utilizaremos uma nomenclatura que alude a características comuns e centrais das várias organizações em questão — sem se limitar a um campo ou tipo específico — e aponta o que as configura como um conjunto homogêneo do ponto de vista da análise proposta. Genericamente, trata-se de organizações coletivas, levadas à frente por pessoas engajadas, com o intuito de agir solidariamente entre si e com respeito a terceiros, quer diante de demandas próprias, da comunidade circundante ou de questões mais amplas da sociedade. Referindo-se a elas, a designação *Organizações*

1 Além das referências bibliográficas listadas ao final, buscas na Internet por textos ou autores são eficientes. No Brasil, a produção científica de pesquisadores é registrada e facilmente acessível na Plataforma Lattes: <https://lattes.cnpq.br/>.

Ativistas Solidárias (OAS) será mencionada recorrentemente, sem dispensar menções a casos específicos, quando estiverem em análise.

Fazendo jus à missão da *Revista Otra Economía*, este artigo destina-se a um público amplo, incluindo acadêmicos, ativistas e gestores, bem como pessoas interessadas em vislumbrar e promover alternativas sociais. Por isso, ele adota um estilo menos formal e mais fluido do que o padrão típico dos textos científicos (sem deixar de sê-lo). Erudição é diferente de hermetismo. Questões próprias do debate teórico, tematizadas em trabalhos anteriores, serão retomadas seletivamente, com remissões a textos de referência a respeito, de modo a não truncar (ou sofisticar desnecessariamente) a exposição. O propósito aqui consiste em oferecer uma explanação compreensível por si mesma, sem exigir consultas aos textos referenciados (salvo para aprofundamentos) nem domínio prévio da história das ideias, das teorias e do jargão conceitual correspondente. Em artigos de divulgação científica, aliás, não deveria ser diferente.

1. O Sentido da Reciprocidade

Em seu uso habitual, a palavra “reciprocidade” evoca situações comuns da vida cotidiana. Quando dizemos que “faltou reciprocidade”, em geral nos referimos a alguma contrapartida esperada, mas frustrada, de alguém a quem prestamos um favor, um serviço ou simplesmente demos atenção. Em nome do coleguismo ou da amizade, e também pela praticidade, podemos dar carona a pessoas que fazem quase o mesmo trajeto da casa ao trabalho; porém, se elas não fizerem o mesmo quando tiverem a oportunidade, ficaremos decepcionados ou mesmo com um sentimento de injustiça que, cedo ou tarde, acabará com o esquema de caronas. Vale para gestos singelos, como cumprimentar cordialmente as pessoas, desejar saber de fato como estão, quebrar galhos financeiros, cuidar dos filhos alheios em rodízio ou convidar para festas de aniversário. As contribuições de um lado esperam retribuições do outro. Reafirma-se, assim, o vínculo que os une, mantendo a prática de ajuda mútua e renovando a confiança.

A reciprocidade é uma forma de interação entre pelo menos duas pessoas, grupos ou organizações. Encontramos exemplos próximos na esfera íntima: não se poderia imaginar, de outro modo, o relacionamento entre pais e filhos, cônjuges ou amigos diletos. Podemos igualmente observá-la nos laços de vizinhança ou de coleguismo no trabalho, em casos de filiação a entidades associativas, entre militantes que comungam da mesma causa ou, num plano menos pessoal, na cooperação entre governos e nas relações de amizade entre países.

Embora possa ser circunstancial e passageira, a reciprocidade passa a ter consequências maiores quando se repete e se prolonga no tempo, pois isso a transforma em uma relação social. Mesmo em sua configuração elementar, unindo apenas duas partes, ela se preserva à medida que as expectativas de prestações mútuas forem atendidas com equilíbrio, sem decaírem em situações de omissão ou de dominação de um lado sobre o outro.

Uma peculiaridade a ter em vista é que a reciprocidade cria vínculos cujo valor se sobrepõe a outros aspectos, às vezes concomitantes, como ganhos e interesses pessoais, deveres ditados pelo costume ou obrigações contratuais. Do contrário, ela esmorece. Ainda que ela não seja o motivo inicial de uma dada relação, contar com a reciprocidade alheia e oferecer a sua, sucessivamente, é o que compensa e reproduz o vínculo, mantendo a relação. Ao ser cultivado, o sentimento de reciprocidade nutre-se da sensação de correspondência e de equilíbrio, do entendimento e da confiança. Ele dispensa normas impositivas, podendo incompatibilizar-se com elas. Alain Caillé (2000) foi um dos autores que

salientaram o paradoxo da dádiva (aqui, associada à reciprocidade) como uma “obrigação voluntária, não compulsória”: a retribuição se garante pela adesão ao vínculo e ao sistema, por se julgar que são bons e que se deve mantê-los. Retribuir presentes de aniversário é uma obrigação estrita ou algo deixado ao sabor da vontade, do desejo de agradar e de renovar a amizade? Esse gesto funcionaria por mera imposição, como cumprimento de um dever? Ou é pelo fato de termos a liberdade (e o direito) de não dar (presentes) que o ato de dar (e receber) motiva e compraz?

Trata-se de algo diferente de curvar-se a normas impositivas em nossos círculos próximos, ou de contar com um ente maior providencial que arbitra e equaciona os problemas com a força de sua autoridade, ou ainda de entrar em relações competitivas motivadas pelo interesse próprio, em jogos nos quais um lado precisa perder para que o outro ganhe. Atrás dessas situações, comuns em nossa experiência cotidiana, existem instituições como a família, a comunidade local, o estado e o mercado, que garantem que elas funcionem e se reproduzam em escala maior, sem interferência direta dos indivíduos. Criam-se padrões que passam a condicionar os comportamentos.

Quanto à reciprocidade, caberia perguntar: por depender de intercompreensão e de gestos voluntários, ficaria ela restrita a relações interpessoais, a indivíduos particularmente fraternos e altruístas que acreditam em laços vinculantes e no agir coletivo? Estaria limitada a eventos incomuns, como gestos de filantropia em campanhas humanitárias, louváveis, mas sem maior impacto na forma como se estrutura a vida social?

Uma literatura abundante indica que a reciprocidade frequentemente desempenha uma função sistêmica, criando padrões de comportamento. Além de ter sido alicerce de várias sociedades passadas, sustenta modos de vida atuais, como os das sociedades indígenas e camponesas, sem falar do notório caso da ESS. Segue entranhada em nossas sociedades, viva, ainda que despercebida. No campo das alternativas à sociedade capitalista de mercado, a reciprocidade também estrutura e impulsiona formas recentes de ativismo social, como discutiremos adiante.

Para entender a reciprocidade nesse papel, é necessário explorar teorias e recursos conceituais que permitam ir além do entendimento comum, que tende a vê-la como uma questão de foro íntimo, limitada a determinadas situações, ou mesmo como um adorno da vida em sociedade. É que a forma usual de compreensão das relações socioeconômicas acaba por esvaziar o conceito ou relegá-lo a circunstâncias extraordinárias em que condutas virtuosas têm cabimento, como exceções. Dentro dessa ótica, se quisermos vencer na economia real e na vida, bondade e generosidade precisam ser contidas ou sacrificadas. Se a reciprocidade depende desses sentimentos, fica limitada a um papel coadjuvante. No entanto, obras científicas seminais sobre a natureza e o valor da reciprocidade mostram que não é bem assim.

Pode-se dizer que a história da reciprocidade nas ciências sociais começa em Paris, nos anos 1920, quando o sociólogo Marcel Mauss (1872-1950) fez uma grande descoberta, ao reunir e examinar minuciosamente uma pilha de documentos etnográficos, incluindo os primeiros estudos de campo (da antropologia nascente) sobre povos da Melanésia. No seu célebre *Ensaio sobre a Dádiva* (Mauss, 2003), publicado em 1925, ele explorou esses materiais e vários registros históricos de outros lugares e épocas, como os povos indígenas do continente norte-americano e a Europa Antiga e Medieval. Dispondo de muitos detalhes no caso clássico dos povos maoris, estudado por Bronislaw Malinowski nas Ilhas Trobriand (Malinowski, 2018), ele encontrou sinais convincentes de uma lógica social insuspeita, embora tivesse perdurado por muitos séculos e ainda vigorasse de forma consistente naqueles dias em que ele escrevia.

Em resumo: durante milênios, sem estarem obcecados pelo econômico ou guiados por interesses utilitaristas (Mauss, 2003), os maoris e várias civilizações mantiveram um dispositivo social à altura de um grande problema a resolver, por sermos interdependentes: irmanar-se com povos vizinhos, integrando-se numa grande aliança, ou manter-se em estranhamento, expondo-se a disputas e conflitos? Confiar ou não confiar? Mesmo com riscos de perda da confiança e de fracasso, confiar exclui o conflito e a guerra como formas ordinárias de resolver problemas e impasses entre agrupamentos e povos – seja no tocante à escassez, seja quanto ao melhor proveito a tirar em situações de abundância. Essa opção predominou naqueles tantos casos, consagrada no plano simbólico por encontros cerimoniais com a pompa e a circunstância merecidas, o que demandava enorme dedicação de recursos, cuidados e tempo. No caso dos maoris, durante visitas mútuas periódicas entre tribos que viviam em ilhas distantes do arquipélago Trobriand, formando uma mesma nação, ofertavam-se bens, recebiam-se oferendas e, posteriormente, retribuía-se. Esse sistema, fundado no “tríplice ciclo da dádiva”, perpetuava a aliança com base no reconhecimento mútuo e na cooperação.

Na vida prática, o ciclo se reproduzia nas relações sociais e econômicas, por meio de sistemas sofisticados de prestações mútuas entre pessoas e grupos, conforme o status e a ocupação de cada um. Entre os maoris, sustentava o cotidiano de cada unidade insular do arquipélago. A *minga*, uma forma de trabalho comunitário dos povos andinos, e o *mutirão*, comum entre agricultores familiares, seguem a mesma lógica (Sabourin, 2011a). Esse padrão subjaz a situações familiares a nós, como vimos, sejam festas entre amigos, a vida associativa ou gestos humanitários,² nos quais despontam algumas singularidades: não importa o valor de mercado (da compra) do bem ofertado, nem se há contrapartida, pois ele poderá ser oferecida a terceiros, ampliando o circuito; convém inclusive ocultar o preço dos presentes, para que não distorça o valor social do gesto; no lugar de pagar pelo bem recebido, sela-se o compromisso de mantê-lo em rodízio e se agradece com celebrações, amiúde ludicamente (Oliveira, 2001).

A reciprocidade está no início do ciclo da dádiva (é preciso tomar a iniciativa de oferecer, de contribuir) e no fim (é preciso retribuir), sem obrigação explícita vinda de fora, mas não sem comprometimento em manter o ciclo (Sabourin, 2011b). Marcel Mauss não desenvolveu o conceito de reciprocidade, mas é patente que se refere ao mesmo fato social da dádiva (Sabourin, 2008), do qual se origina (Gaiger, 2016).³

Quem retomou o conceito de reciprocidade na mesma ótica de Marcel Mauss (sem conhecê-lo, ao que tudo indica, e sem falar em dádiva), explorando as mesmas fontes etnográficas, foi Karl Polanyi (1886-1964). Já em seu livro inaugural – *A Grande Transformação*, de 1944 (Polanyi, 2000) – e em artigos publicados pouco depois (Polanyi, 1947a; 1947b), ele erigiu uma crítica contundente ao determinismo econômico e às crenças no mercado. Nesses trabalhos, Karl Polanyi expôs como a economia de mercado capitalista surgiu nos albores do século XIX, expandiu-se e passou a dominar as instituições, os comportamentos e o imaginário, instaurando uma sociedade de mercado. O que a justificava, no entanto, era a falácia de que a economia é determinante e garante o progresso material e espiritual, contanto que seja deixada ao seu bel-prazer, como um sistema autônomo que se autorregula. A falácia esconde o fato de que o mercado se expandiu com o apoio decisivo do Estado (por meio de reformas, leis etc.), até alcançar voo próprio (nunca totalmente) e prosseguir com a sanha de converter tudo em artigos de compra e venda, ou mercadorias, incluindo a terra, o trabalho e o próprio dinheiro. Ao criar essas mercadorias “fictícias”, o mercado confirmou a profecia da inevitabilidade do econômico, erodiu

2 Jacques Godbout (1999) explora com maestria alguns casos relevantes, como as doações de sangue e os grupos de alcóolicos anônimos. Discuto também algumas situações (Gaiger, 2016).

3 Isto dito, pode-se adotar um ou outro conceito como forma de discernir e teorizar sobre um mesmo padrão de relações e comportamentos.

os vínculos sociais e eliminou as instituições que serviam de amparo às pessoas e lhes davam sentido à vida. Como motivadores da ação humana, nas suas palavras, sobraram o afã do lucro e o aguilhão da fome (Polanyi, 2000).⁴

A perspectiva histórica e antropológica de Karl Polanyi levou-o a buscar evidências de que outras lógicas sociais, diferentes do princípio do intercâmbio que subjaz ao mercado, tenham vigorado ao longo do tempo e, ademais, ainda perdurem. Ele então cunhou o conceito de pluralidade econômica (nenhuma lógica reina sozinha) e formulou uma tipologia de quatro princípios socioeconômicos que se combinam e constituem as economias reais: intercâmbio, domesticidade, redistribuição e reciprocidade. Cada um deles possui características únicas, insolúveis e não totalmente integráveis aos demais. A cada princípio e a cada forma de integração a partir do princípio determinante, corresponde uma realidade histórica. Por conseguinte, uma sociedade baseada na reciprocidade não poderia ser, ao mesmo tempo e na mesma medida, uma sociedade de mercado, embora formas subordinadas de troca (como as que designou por mercado administrado, comércio e outras) possam coexistir. Tampouco ao nível das interações entre pessoas e grupos: ou seguimos um padrão ditado pelo reconhecimento mútuo e pelo cultivo de laços vinculantes, ou deixamo-nos levar pelos nossos interesses e nos aliamos a quem estiver pronto a defendê-los contra os demais.

Desse ponto de vista, a reciprocidade coloca-se em pé de igualdade com as lógicas do mercado (princípio do intercâmbio) e da economia pública (princípio de redistribuição). Levada às suas consequências, ela constitui uma alternativa sistêmica, não um paliativo aplicável às falhas do mercado (embora possa fazê-lo). Uma economia de reciprocidade é incompatível com a divisão classista da propriedade e do comando dos meios de produção, com os imperativos de produção incessante e de acumulação privada, com a distribuição igualmente classista da riqueza e com as iniquidades decorrentes. A reciprocidade contrapõe-se a esse estado de coisas, como, de fato, se constatou em muitos sistemas de vida (Gaiger e Santos, 2017).

Um propósito específico dos estudos de Karl Polanyi e de sua equipe foi demonstrar que a economia de mercado autorregulável é um fenômeno recente, e não uma característica natural e constante das sociedades. Por isso, dedicou-se a identificar sociedades em que outros princípios rivalizaram ou se sobrepuseram ao do mercado, desenvolvendo, em seu lugar, variadas formas de comércio e, acima de tudo, mantendo em posição central a economia de redistribuição, administrada pelo Estado. Nos quatro livros decorrentes desses estudos (1944; 1957; 1968; 1977), trata-se de um tema onipresente.

Por sua vez, a reciprocidade aparece em diversos momentos, sendo considerada, no cômputo geral, um alicerce de várias sociedades não determinadas pelo mercado (e sem suas mazelas), muitas vezes em associação com o princípio de redistribuição. O conceito resume o que se observou, sobretudo graças aos estudos conduzidos pelo Projeto Columbia (1947-1953), sob a direção de Karl Polanyi: a vigência de relações entre agrupamentos humanos homólogos, simetricamente dispostos, que conduzem à formação de instituições econômicas:

[...] uma tendência, nas grandes comunidades, de estabelecer uma *simetria* múltipla em relação à qual pode desenvolver-se um comportamento recíproco nas comunidades subordinadas. Quanto mais estreita for a relação entre os membros da comunidade circundante, mais generalizada será a tendência a desenvolver, entre eles, atitudes de reciprocidade em relações específicas limitadas no espaço, no tempo ou de outra forma. Parentesco, vizinhança e totem

4 Para leitores latino-americanos, duas obras oferecem uma visão abrangente da vida e obra desse autor: Polanyi, 2012; Polanyi et al., 2012.

[grupos totêmicos] pertencem aos agrupamentos mais permanentes e amplos. Em seu âmbito, as associações voluntárias e semivoluntárias de caráter militar, vocacional, religioso ou social criam situações nas quais, ao menos transitoriamente ou no tocante a uma localidade dada ou a uma situação específica, tomarão a forma de agrupamentos simétricos cujos membros praticam algum tipo de mutualidade (Polanyi, 1968: 152. Tradução e grifos nossos).

Foi a percepção dessa tendência histórica que levou ao conceito de reciprocidade. O último livro (1997) contém as últimas e, presumivelmente, mais acabadas formulações conceituais a respeito, insistindo na simetria estrutural dos grupos envolvidos em cadeias de reciprocidade e no fato de que não representa um estágio histórico de desenvolvimento, hoje suplantado. Formas dominantes em uma época podem entrar em eclipse e ressurgir mais tarde, como ocorreu com a reciprocidade no séc. XIX, já sob o império do intercâmbio e do mercado (Polanyi, 1977: 38-43).⁵

A menção à *simetria*, constante nas obras citadas, merece esclarecimentos. Nas formulações de Karl Polanyi, isso significa que indivíduos que transacionam de forma recíproca ocupam posições estruturalmente análogas, como membros de aldeamentos, comunidades ou classes equiparáveis. O critério aplica-se naturalmente a sociedades não estratificadas, estudadas pela etnografia. Em sociedades heterogêneas (e desiguais) como as nossas, as posições sociais diferem e, ainda assim, podem participar de dinâmicas comuns. Daí o conceito, à primeira vista contraditório, de reciprocidade assimétrica ou “não igualitária” (Gardin, 2006), aplicado a iniciativas de solidariedade em que os beneficiários, desprovidos de recursos mínimos, mal podem retribuir com gestos, embora seja imaginável que possam fazê-lo subjetivamente.

O problema não é tanto a assimetria — embora tenha suas consequências —, mas a falta de condições ou de vontade de retribuir.⁶ E isso pode decorrer de outro aspecto associado à reciprocidade, segundo Karl Polanyi: que as prestações não sejam impostas unilateralmente por um lado sobre o outro, ou que um deles se furte a retribuir. Quem o fizer acaba excluído do circuito. Simetria implica *equidade*: um sistema de acordos mútuos que ajuste o tratamento e os recursos às necessidades individuais, reconhecendo essas diferenças.⁷ Em contextos sociais que valorizam a dignidade humana, entre outros aspectos, a reciprocidade não tende a produzir iniquidades, como as de classe, gênero ou raça, mas a reforçar a paridade entre seus integrantes quanto ao perfil social, ao modo de vida e ao quinhão de poder. Ela tende à simetria, portanto.

Isto dito, nas diversas configurações da reciprocidade ao longo da história, o encadeamento de vínculos que ela propicia indica que a vida não se mantém reclusa em grupos primários, sem agrupamentos mais extensos e complexos, tampouco a ponto de constituir massas anônimas e despersonalizadas. A família nuclear não sobrevive sem redes maiores de parentesco, as unidades domésticas sem amparo comunitário, os trabalhadores sem organizações de classe. Os vínculos apresentam-se, por isso, em círculos de interação menos estreitos e menos pessoais do que nas redes primárias. Além da reprodução vital, está em causa a reprodução social, o que implica a partilha de identidades mais abrangentes e a adesão a fins comuns. Nessa esfera, em que as condutas se traduzem em modalidades de associação entre indivíduos e grupos, as iniciativas econômicas podem funcionar e expandir-se por meio de laços

5 Karl Polanyi refere-se a sistemas de empréstimo-arrendamento introduzidos em larga escala, mas é congruente acrescentar que o movimento associativo e cooperativo emergiu nessa época.

6 Situações de assimetria ou de desequilíbrio momentâneo não são decisivas quando os sentimentos de estarmos mutuamente vinculados embasam os comportamentos; ao contrário, podem estimular atitudes de colaboração, no sentido de gerar um futuro equilíbrio e maiores chances de correspondência, direta ou interposta.

7 Caso dos maoris das Ilhas Trobriand e das aldeias andinas sob o Império Inca, nas quais se consideravam as posições na família (incluindo estar desprovido de um núcleo familiar) e necessidades especiais (viver só, ter idade avançada).

de cooperação e de práticas de mutualidade, como, aliás, concluiu Marcel Mauss ao finalizar seu longo estudo sobre a dádiva.

2. Pesquisando a Reciprocidade

Não obstante, nessa obra fundante, a importância atual e futura da reciprocidade permaneceu em aberto. Marcel Mauss dispunha de um vasto material para demonstrar que a dádiva, retrospectivamente, foi mais a regra do que a exceção; quanto ao futuro, suas predicções, ao final do Ensaio, têm um sentido moral, interpelativo, conquanto estivessem respaldadas pelos fatos daquela época. Em Karl Polanyi, a reciprocidade ressurgiu com frequência, mas não com a mesma atenção que a redistribuição e as variantes do intercâmbio. O futuro da reciprocidade ficou embutido na tese da “Grande Transformação”, processo que suplantaria o domínio e a crise do capitalismo (na sua variante liberal) nos anos 1920, com seu desfecho fascista, e levaria à ascensão de uma nova economia de redistribuição (parcialmente materializada pelo Estado de bem-estar social), associada a outros princípios. Nas últimas décadas, a nova economia esperada por Karl Polanyi foi suplantada pela volta do capitalismo liberal, ou do neoliberalismo, outra vez com um alento surpreendente à via fascista e, por outro lado, suscitando um movimento contínuo de resistência e de proposição de alternativas. Justificam-se, portanto, estudos e pesquisas sobre a reciprocidade em nossos tempos.

De nossa parte, um arcabouço teórico a esse respeito foi delineado no livro de 2016, ao lado de estudos sobre o papel histórico da reciprocidade (Gaiger, 2021; Gaiger e Santos, 2017), com destaque para as organizações de ESS (Gaiger e Wanderley, 2022; Gaiger, 2023b). O último passo consistiu em escrutinar o segmento de coletivos ativistas – conceito explicado na seção 3 – quanto ao funcionamento da reciprocidade nas interações internas e externas dessas organizações, o que resultou na identificação de modelos de reciprocidade (Gaiger, 2023a). A soma desses trabalhos foi levando ao universo mais amplo das OAS, não propriamente para averiguar se a reciprocidade ali desempenha um papel-chave – questão satisfatoriamente resolvida –, mas para adentrar aspectos de sua função estruturante em tais organizações, como veremos adiante.

Antes disso, trataremos de aspectos metodológicos relacionados à aplicação do conceito de reciprocidade em pesquisas empíricas. Como verificar se a reciprocidade vigora em uma dada organização, como alicerce e mola propulsora do seu funcionamento, é a questão em foco. No espaço aqui disponível, a exposição ater-se-á a aspectos gerais, atinentes a pesquisas sobre o conjunto das OAS ou sobre segmentos específicos, a exemplo dos coletivos.

O caminho que seguimos consistiu, primeiramente, em deduzir, a partir do conceito de reciprocidade, as principais características a serem examinadas. Isto requereu ter em vista os elementos definicionais do conceito, separando-os em dimensões ou planos de análise, que chamamos de *componentes*. A seguir, os componentes foram desdobrados em quesitos mais específicos, ou *atributos*, que apontam traços empiricamente observáveis, suscetíveis de demonstrar a presença (ou ausência) da reciprocidade nas organizações estudadas, além de aspectos relevantes no contexto em tela ou relacionados às questões e hipóteses da pesquisa.

A operacionalização dos atributos, com vistas à coleta de dados, varia conforme o método de pesquisa, os recursos disponíveis e os procedimentos previstos. Em pesquisas qualitativas, que utilizam instrumentos abertos e flexíveis, os atributos funcionam como um guia para a elaboração de roteiros de entrevistas, grades de fichamento de documentos ou registros de observações de campo. A informação coletada pode ser agrupada por atributo, o que favorece a elaboração de súmulas descritivas. Seguem-se

a análise e a interpretação, à luz de outras informações disponíveis sobre cada organização em estudo. Quando se dispõe de um número considerável de casos, como na pesquisa sobre os coletivos, pode-se atribuir pesos aos graus de conformidade de cada caso com os atributos. Lançados numa tabela, os pesos servem para a contagem de frequência e de intensidade dos atributos, bem como para ordenar os casos por esses critérios ou para estabelecer correlações.

Em pesquisas quantitativas, com uso de questionários ou outros instrumentos de coleta estruturados, o caminho consistiria em decompor os atributos em indicadores, isto é, traços observáveis ainda mais específicos, sujeitos à verificação por meio de perguntas objetivas e padronizadas, de modo a obter respostas quantificáveis e comparáveis. Cada atributo pode gerar um ou mais indicadores e, a partir deles, uma ou mais perguntas.

No tocante aos componentes do conceito de reciprocidade, cabe notar que Karl Polanyi e Marcel Mauss discorreram sobre a matéria e examinaram situações específicas, sem oferecer uma definição canônica, completa e indubitável. Encontramos várias menções, às vezes em fragmentos, coerentes entre si. Esses elementos permitem remontar o conceito, o que também fizemos por meio de consultas a outros autores dedicados ao tema.⁸

Essencialmente, a reciprocidade veicula um espírito, um modo de ser, além de desempenhar uma função prática. Ela supõe e promove atitudes de reconhecimento mútuo, voltadas ao cultivo de vínculos significativos entre indivíduos, coletividades e povos. Antes e acima de tudo, trata-se de uma questão de princípio de vida coletiva, que reflete e alimenta um estado de confiança e aliança (existente ou almejado).

Ser e funcionar como um *princípio socialmente vinculante* (PSV) constitui o primeiro componente da reciprocidade. Karl Polanyi insistiu nesse aspecto, ao descrever a vida entre os maoris:

Ora, um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado de objetos valiosos transportados a grandes distâncias é habitualmente descrito como comércio. Entretanto [no Kula], essa totalidade complexa é dirigida exclusivamente em termos de reciprocidade. Um intrincado sistema de tempo-espaco-pessoa, que cobre centenas de milhas e diversas décadas, e liga muitas centenas de pessoas a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui desenvolvido sem registros ou administração, e também sem qualquer motivação de lucro ou de permuta. O que domina não é a propensão à barganha, mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma estupenda realização organizacional na área econômica. (Polanyi, 2000: 70 – ajustes textuais e grifos nossos).

Voltando às nossas considerações iniciais, a citação também indica que a reciprocidade se materializa por meio de um sistema de prestações mútuas e sucessivas. Ela se apresenta como uma via de mão dupla, na qual gestos materiais ou simbólicos são praticados pelas partes envolvidas, alternadamente, criando circuitos de oferta de bens e serviços, abertos e suscetíveis de se estender indefinidamente. Esse *mecanismo de prestações mútuas e sucessivas* (MPS) é o segundo componente da reciprocidade.

O *mecanismo* pode funcionar com ou sem relação com o *princípio* da reciprocidade, o que o separa ou o aproxima do universo utilitário das trocas orientadas pelo princípio do intercâmbio, próprio das

8 A lista é longa, incluindo colaboradores de Karl Polanyi (William Schaniel e Walter Neale) e autores clássicos (Alvin Gouldner, Marcel Hénaff e Marshall Sahlins). Outros estudiosos (Dominique Temple, Éric Sabourin, Gaël Giraud, Genauto França Filho, Laurent Gardin, Odile Castel, Nathan Wachtel, Ruthy Laniado, Roque Favarin e Mireille Chabal) também foram consultados.

relações de mercado. Por isso, sob pena de banalizar o termo, a reciprocidade apenas pode ser vista como um princípio econômico em segunda instância, como desdobramento de uma lógica social anterior. Em primeira instância, há um arcabouço de vínculos sociais cuja estrutura e cujo funcionamento respondem à questão primordial da interdependência.⁹

Considerando os dois componentes da reciprocidade, uma possibilidade seria levar em conta os seguintes atributos, cuja maior correspondência com um ou outro componente é destacada pela respectiva sigla, entre parênteses:

- » Atributos de correspondência ao conceito da reciprocidade:
 - » Existência de prestações mútuas sucessivas, materiais e/ou simbólicas (MPS).
 - » Simetria¹⁰ entre os participantes: indivíduos, grupos ou organizações (MPS).
 - » Partilha de sentimentos, convicções, ideais, projetos, missão social etc. (PSV).
 - » Primazia dos objetivos e dos bens comuns sobre os interesses individuais (PSV)
 - » Integração entre diversos princípios, com primazia da reciprocidade (atributo complementar).

Esse conjunto incide sobre traços essenciais da reciprocidade, incluindo a hipótese de que existam situações híbridas em que esse princípio prevaleça. Cada atributo deve ser aplicado às condições específicas de cada organização e às fontes disponíveis: o estatuto de uma associação ou suas atas de assembleia, em geral, contém informações valiosas, nem sempre disponíveis em organizações informais.

- » Atributos adicionais:
 - » Atividades de caráter contínuo, com alguma trajetória anterior (MPS).
 - » Ativismo pessoal dos membros no campo de atuação da organização ou em outras causas (PSV).
 - » Existência de conexões e de mobilização de diversos atores sociais.
 - » Experiências com efeitos visíveis, sejam culturais, econômicos ou ambientais.

Esses atributos refletem a longevidade e o grau de impacto da organização sobre seus integrantes, suas relações externas e a sociedade. Servem igualmente para identificar etapas ou linhas evolutivas das organizações.

- » Diferenças da lógica mercantil:

9 Os fundos rotativos solidários constituem um bom exemplo: para que propiciem, alternadamente, o acesso ao crédito para seus integrantes, fixam-se requisitos e regras, conforme as condições do grupo envolvido e os consensos quanto aos seus interesses mútuos. Contudo, nem o consenso nem as regras (e, com elas, o modelo de gestão) perduram sem laços prévios, sem um horizonte comum, supondo a existência de uma coletividade, com trajetórias e objetivos convergentes.

10 Sem desconsiderar as ponderações anteriores sobre simetria e equidade, mantivemos esse atributo em sentido estrito para resguardar o seu poder discriminante e examinar as situações desse ponto de vista. A equidade, por sua vez, é contemplada indiretamente por meio de outros atributos.

ARTÍCULO

A função da reciprocidade em organizações ativistas...
 LUIZ INÁCIO GAIGER

- » Valorização dos fatores humanos e éticos nas transações (MPS).
- » Valorização da gratuidade, da generosidade e do voluntariado (PSV).
- » Propriedade ou uso compartilhado de recursos e meios de produção (PSV).
- » Destinação de recursos à comunidade, ao território e/ou a causas sociais (MPS).

Esses atributos servem para evidenciar os afastamentos das organizações em relação a comportamentos típicos da lógica do intercâmbio, predominante nas práticas econômicas e na cultura de nossa época.

À medida que forem aplicados, os atributos devem passar por avaliações e aprimoramentos. Na pesquisa sobre os coletivos, sua função inicial foi direcionar a coleta de dados e organizar o registro em fichas descritivas, acompanhadas de uma grade de pontuação que originou uma tabela (Figura 1) com a lista de atributos e os pesos atribuídos caso a caso, da seguinte forma: 0, quando o atributo não se aplicava àquele coletivo ou não se dispunha de informações suficientes; -1, quando não havia correspondência entre o coletivo e o atributo; 1, quando a correspondência ao atributo era parcial; 2, quando a correspondência ao atributo era total / plena / indubitável.

Uma organização pode atender plenamente a alguns atributos, mas não aos demais. Salvo casos de aderência geral insuficiente, mantidos à parte ou descartados, as oscilações dos atributos e suas combinações constituem matéria muito interessante para análise, assim como o exame de suas correlações com outras características observadas, referentes aos fins, ao perfil social dos integrantes, às trajetórias e aos modos de atuação das organizações.

Figura 1. Visão parcial da tabela de atributos.

1.9 Foco ou propósito principal	III - Atributos de Reciprocidade							IV - Características adicionais					V - Diferenças da lógica mercantil				
	1.10 Modelo de reciprocidade (predominante)	3.1 Prestações sucessivas (materiais e/ou simbólicas)	3.2 Simetria estrutural entre os participantes	3.3 Primazia dos objetivos e bens comuns	3.4 Partilha de sentimentos, convicções, projetos, missão	3.5 Integração de princípios de reciprocidade	Total indic. de reciprocidade	4.1 Atuação contínua, com trajetória	4.2 Estimulo a ativismos dos membros	4.3 Conexões e mobilização de vários tipos de atores sociais	4.4 Efeitos vivíveis econômicos, sociais, culturais	Total características adicionais	5.1 Valorização dos fatores humanos e éticos nas transações	5.2 Valorização da gratuidade, generosidade e voluntariado	5.3 Compartilhamento de recursos e MP	5.4 Destinação de recursos à comunidade e a outras causas sociais	Total dif. da lógica mercantil
RSGR	5	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
RSGR	5	2	2	2	2	2	10	1	2	2	2	7	2	2	2	2	8
ECO	5	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	8	2	2	1	2	7
RSGR	5	2	1	2	2	2	9	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
MVA	6	2	1	2	2	2	9	2	2	2	2	8	2	2	1	2	7
ECO	6	1	0	2	2	2	7	2	2	2	2	8	1	2	1	2	6
ECO	6	2	1	2	2	2	9	2	2	2	2	8	2	2	-1	1	4
FEM	6	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
FEM	6	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	8	2	2	1	2	7
CULT	6	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
VEG	6	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	8	2	1	1	2	6
FEM	6	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	8	2	2	1	2	7
		230	129	226	227	231	1043	225	208	201	228	862	238	219	164	160	781

Fonte: elaboração própria.

Uma medida indispensável consistiu em aferir o grau de aderência dos coletivos ao conceito de reciprocidade. Considerando a escala de -1 a +2 para cada atributo, o desempenho global ficou em 86% da pontuação máxima. Embora o corpus empírico da pesquisa tenha sido composto por coletivos que evidenciavam o exercício da reciprocidade de algum modo, confirmá-lo à luz dos dados era fundamental.

Ademais, a análise comparativa desses dados aponta variações e nuances que sinalizam modos distintos de praticar a reciprocidade.¹¹

3. Os Caminhos da Reciprocidade

A pesquisa sobre os coletivos, foco desta seção, foi realizada entre 2021 e 2024; abrangeu países da América do Sul, da América do Norte, da Europa e da Ásia. Além de revisar uma extensa bibliografia e discutir o tema em reuniões e eventos, coletou dados e examinou detidamente um corpus empírico de 120 coletivos.

Discutimos esse conceito anteriormente (Gaiger, 2020; 2025a), bem como as singularidades dessas organizações ativistas (Gaiger, 2025b).¹² Elas constituem um tipo peculiar de OAS: geralmente nascem do encontro entre pessoas e funcionam mediante interações diretas entre seus integrantes; valorizam a equidade e a democracia, introduzindo-as em sua dinâmica interna e em sua forma de atuação; procuram desenvolver projetos concretos, palpáveis, que exemplificam e antecipam sistemas de vida alternativos desejados para toda a sociedade; não costumam ter muitos integrantes, nem preocupar-se com sua expansão (embora ocorra em alguns casos); resguardando sua autonomia, preferem apostar no poder de irradiação de suas ações e articulam-se por meio de redes horizontais flexíveis. Por vezes, assemelham-se e identificam-se com organizações de ESS ou com empresas sociais (Borzaga e Defourny, 2001).

A seleção dos 120 casos passou por cinco rodadas de avaliação e de replanejamento. Dado o escopo internacional do projeto e a falta de dados gerais sobre os coletivos (como também sobre as OAS, genericamente) que permitissem amostragens estatísticas, o critério principal foi garantir a diversidade de experiências, tal como as revisões bibliográficas e o efeito “bola de neve” do trabalho de campo a apontavam. Como os coletivos desenvolvem propostas e projetos locais, mas não isolados, preferiu-se estudar experiências situadas em territórios de notória densidade ativista: Porto Alegre, Buenos Aires, Concepción e Valparaíso (Chile), Bahia de São Francisco (EUA), Lisboa, Barcelona e Louvain-la-Neuve (Bélgica). Casos adicionais foram estudados na França, em outras regiões da Espanha, na Itália, na Alemanha e no Japão.¹³

A pesquisa objetivou compreender o panorama de emergência dos coletivos (a partir de 2010, sobretudo), suas características e sua evolução. Como propósito específico, buscou avaliar em que medida a reciprocidade é um fator estruturante nos coletivos. A metodologia de coleta de dados foi a descrita na seção anterior.

A presença da reciprocidade nos coletivos (como em outras OAS), bem como suas variantes ou modelos, ficou satisfatoriamente demonstrada nesta pesquisa e nas que a precederam. Dando mais um passo, caberia averiguar *como* a reciprocidade funciona à medida que as OAS, no caso dos coletivos, evoluem e se integram ao seu contexto social e econômico. Esta questão será focalizada a seguir de três formas: quanto à organização interna dos coletivos, quando se tornam mais complexos e se deparam com um grau maior de institucionalização; quanto à combinação da reciprocidade com o princípio do

11 Seguindo o mesmo método, o enquadramento dos casos na categoria de *coletivos* foi objeto de um conjunto à parte de atributos.

12 Indicamos dois dossiês a respeito: na Revista Simbiótica (2020) e na Revista Civitas (2025).

13 A escolha dos países e regiões também dependeu de aspectos logísticos (tempo, custos, facilidade de acesso aos coletivos e de comunicação com os ativistas, etc.).

intercâmbio, predominante na economia de mercado; quanto a processos de fortalecimento, irradiação e multiplicação das iniciativas, dada a tendência da reciprocidade a expandir vínculos e a ampliar seus círculos de influência.

3.1. Assegurando a gestão democrática

Como dissemos, em geral os coletivos são de pequeno porte. No momento da coleta de dados, cerca de 64% deles tinham até 15 membros em suas equipes permanentes, enquanto apenas 7,5% tinham mais de 30 integrantes. As cooperativas totalizavam 29%, seguidas pelos coletivos informais e pelas associações. Assim, tomar como exemplo um coletivo de pequeno porte, cooperativado, convém para introduzir esse primeiro ponto.

A cooperativa *Cronópios Idiomas*,¹⁴ de Madrid, dedica-se ao ensino da língua espanhola. Integravam-na 13 pessoas, em junho de 2022, entre professores, técnicos e auxiliares, que decidiram criar uma empresa própria, sem padrões nem dependências externas. A escola entende que seus pontos fortes são a liberdade e o envolvimento de seus profissionais no exercício da docência, a qualidade didática e as boas relações com seu público-alvo, formado por estrangeiros temporários ou permanentes. O coletivo está engajado em movimentos da ESS e promove a inclusão de alunos de baixa renda por meio de bolsas sociais e da provisão de alojamentos acessíveis, além de desenvolver ações sustentáveis, mediante o uso de materiais recicláveis e a compra de produtos e serviços no Mercado Social de Madrid, uma rede nacional que agrupa centenas de iniciativas no país.

Primordialmente, a coesão dos associados não se deve a vantagens pecuniárias ou a melhores condições de trabalho (embora existam), mas ao valor do projeto da escola: cooperativo, solidário, inclusivo e voltado à difusão da cultura do país. No entanto, para que funcione coerentemente com esse propósito, garante-se a equidade socioeconômica entre os membros e a participação igualitária nas decisões. Cada cooperado presta serviços à escola com seu trabalho e seu comprometimento com a gestão; em contrapartida, auferem uma remuneração arbitrada coletivamente, um bom ambiente de trabalho e oportunidades de crescimento profissional. Tem-se, então, um princípio vinculante e um mecanismo de prestações mútuas, que se instituem e funcionam com base em decisões face a face entre os integrantes.

Trata-se de um *coletivo autogestionário* e de um modelo de *reciprocidade horizontal entre pares* (Sabourin, 2011a): um padrão comum entre OAS socialmente homogêneas, formadas por uma categoria única de associados, com direitos de propriedade similares, dedicação equivalente às atividades e envolvimento regular nas esferas de decisão e de gestão. Há diferenças de função, em razão da inevitável divisão técnica do trabalho, mas não de status associativo. Esses casos atendem plenamente ao critério de simetria estrutural, o que propicia um substrato objetivo para a equidade.

Há coletivos semelhantes a *Cronópios Idiomas* em diversos setores e com diferentes focos de atuação, como software livre, bioarquitetura, ecologia, consumo responsável e alternativas de mídia, entre outros. Em média, eles são mais recentes do que os demais, dividindo-se entre a informalidade e o formato cooperativo. Valorizam os laços afetivos entre seus membros e trabalham por sua viabilidade, meta que não associam ao crescimento ou expansão. Buscam constituir uma alternativa às empresas convencionais, estruturadas em torno da propriedade privada e de relações de emprego, com hierarquias de poder e prestígio.

14 Os coletivos citados são facilmente encontrados pelos mecanismos de busca da Internet.

O que acontece quando essas organizações se tornam mais complexas, devido à natureza de suas atividades, e são levadas a admitir ou a recrutar integrantes com níveis distintos de envolvimento e contribuição? A pesquisa indica que o princípio vinculante da reciprocidade se torna mais abrangente e plural; não necessariamente mais frágil ou exposto a condutas oportunistas. O mecanismo de prestações mútuas se diversifica e requer espaços decisórios e de intercompreensão adequados para que se mantenha em equilíbrio e funcional. A autogestão direta por todos dá lugar a formas de governança democrática e participativa por níveis. O que se mantém como principal baluarte dessas organizações é a satisfação dos membros com o valor do projeto e com o mutualismo que vivenciam.

Um exemplo vem de Valparaíso, no Chile. *Brotos de Trafkin*¹⁵ reúne estudantes, professores, agricultores familiares e partidários do consumo responsável, que organizam uma feira agroecológica quinzenal de comercialização direta entre produtores e consumidores. Em janeiro de 2023, 80 famílias estavam envolvidas, além de uma equipe de coordenação e logística. Parte da renda da comercialização destina-se à remuneração dos profissionais que atuam no coletivo; conta-se também com trabalho voluntário, recompensado com produtos. Outra parte do resultado das vendas é destinada a famílias em situação de necessidade, por meio de cestas básicas ou de contribuições às “ollas comunes” que se multiplicaram no país desde 2019. Os preços dos produtos são definidos por consenso, assim como os critérios de remuneração. Reuniões periódicas servem para avaliações e planejamentos. O coletivo divulga suas atividades por meio de fanzines e outros instrumentos, enfatizando o propósito de não reproduzir as relações utilitaristas e oportunistas predominantes na vida econômica e de levar adiante práticas antissistêmicas.

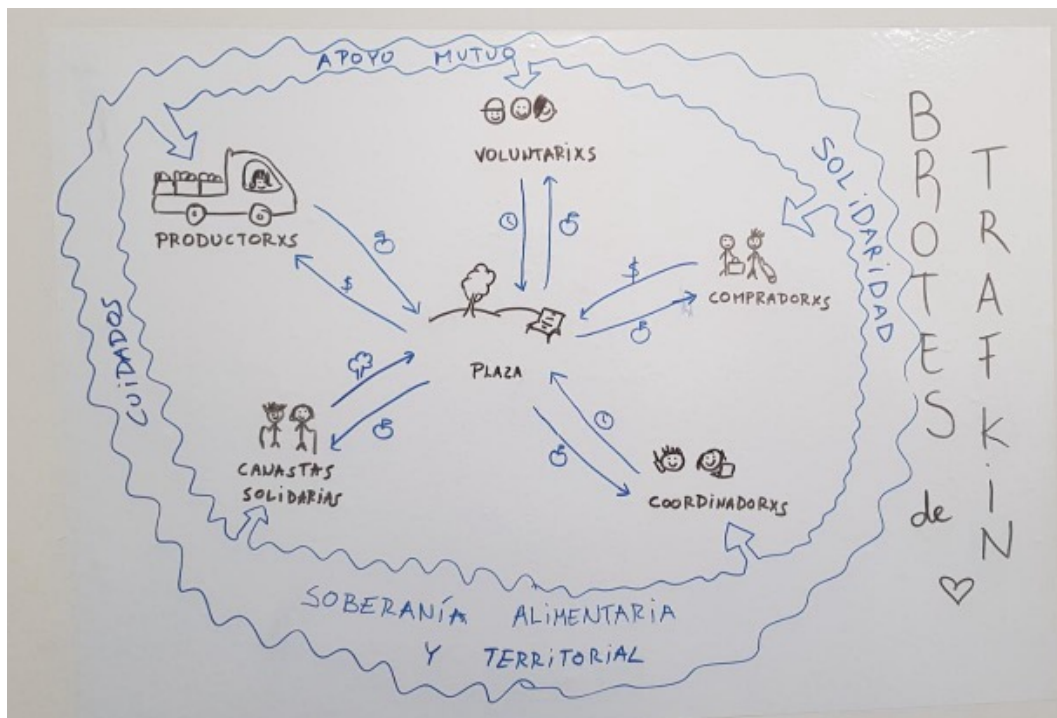
Durante uma oficina do projeto de pesquisa, convidados a demonstrar os fluxos que vinculam os membros desse coletivo, alguns deles elaboraram o desenho da Figura 2. Há funções, ocupações profissionais e categorias sociais distintas, unidas pelo propósito maior e pelas contribuições e retribuições de cada uma. Estamos diante de um tipo de coletivo *multinível* (ou *multistakeholder*), com algum grau de diferenciação social. Embora isto afete o padrão anterior, plenamente simétrico, as prestações mútuas podem continuar baseadas em equidade, configurando um segundo caso, claramente mais complexo, de *reciprocidade multilateral* (Gardin, 2006; Eschweiler et al., 2019).

15 Termo Mapuche referente a “amigos com quem se trocam presentes” e a sistemas de troca associáveis à dádiva. No caso dessa iniciativa, é utilizado como equivalente a “intercâmbio” (não mercantil).

ARTÍCULO

A função da reciprocidade em organizações ativistas...
LUIZ INÁCIO GAIGER

Figura 2. Os fluxos de reciprocidade em Brotes de Trafkin.



Fonte: Oficina realizada em Viña del Mar, Chile.

Coletivos desse modelo são frequentes. Os setores econômicos de suas atividades e seus focos de atuação variam: agroecologia, alternativas de mídia, TICs, inovação, cidadania e cultura, entre outros. Os formatos jurídicos também são diversos, incluindo empresas (sociais), ONGs e, sobretudo, associações e cooperativas.

Seria irrealista esperar que as organizações alternativas tenham, como regra, a simplicidade do primeiro modelo. Ao conectar uma variedade de agentes, a reciprocidade multilateral expõe-se a desequilíbrios e desigualdades. Para evitar ou contrabalançar tais riscos, as organizações adotam sistemas de decisão múltiplos e mais refinados, por categoria associativa, setor de ocupação, grau de responsabilidade etc., combinados, em geral, com uma instância máxima (assembleia estatutária, reunião do coletivo, plenária etc.) aberta à participação equitativa dos membros. Políticas de formação e de recrutamento, incluindo a ética e os valores do cooperativismo, também foram identificadas.

3.2. Resignificando as relações de troca

Brotes de Trafkin dá suporte a uma feira agroecológica, de práticas de comércio justo e de consumo responsável, entre pessoas que compartilham ideais, valorizam os papéis que desempenham e, ademais, se conhecem e querem bem. Estão na mão oposta às relações habituais de compra e venda, impessoais, muitas vezes anônimas, motivadas, para um lado, pela utilidade do que se compra e, para o outro, pelo dinheiro recebido. Acima de tudo, essas relações são determinadas por um sistema indecifrável e inescapável – o dito mercado – que regula os preços e, ao mesmo tempo, oculta o valor do trabalho incorporado nas mercadorias, deixa em segundo plano a vida de quem as produziu e nada mais garante, salvo sua própria engrenagem.

O princípio do *intercâmbio*, de passagem de bens de uma mão a outra (Polanyi, 2000), opera com base em interesses individuais e imediatos. Por isso, dão-se por encerradas as transações (e as relações sociais), tão logo as partes estejam quites. Ele cria laços momentâneos, úteis e práticos, por dispensarem maiores compromissos quando não se deseja tê-los. Mas são laços não vinculantes que se dissolvem, frágeis para garantir a coesão social, ensinar conexões e promover horizontes comuns.¹⁶

Na ótica de coletivos que produzem bens, prestam serviços ou se ocupam da comercialização, a economia deve ter um propósito. Deve responder à nossa condição de interdependência, sem tentar suprimi-la ou equacioná-la submetendo alguns a outros. Isto traz riscos e requer determinação, como exemplifica *Somos Connexió* em Barcelona.

Fundada em 2015, é uma cooperativa de consumidores e usuários de serviços de telefonia e internet que concorre com o setor privado, propondo-se a ser uma alternativa, ao comprar serviços de grandes corporações e revender aos usuários da região. Como diferencial, presta atendimentos personalizados (por pessoas, não por robôs), defende os consumidores finais contra os fornecedores, no papel de um “sindicato de consumo”, e oferece opções de internet comunitária para condomínios, com uma política de preços módicos vinculados ao grau de envolvimento associativo de seus “clientes”.

Um ponto de destaque reside nas atividades formativas de seus trabalhadores e consumidores, a exemplo de um guia para famílias sobre como agir na chegada do primeiro celular para uso das crianças. Difundido em encontros presenciais, com o título irônico de “Guía para familias crueles y malvadas”, o material alerta contra o uso abusivo do celular e das conexões via internet e recomenda que os filhos recebam o primeiro celular apenas aos 16 anos (ou 18, preferencialmente).

Há muito mais, transmitindo uma crítica fortíssima à desumanização do mundo das telinhas (e das telonas).¹⁷ *Somos Connexió* age contra o seu próprio negócio? É uma cooperativa com os dispositivos usuais de participação e de decisão coletiva, empenhada em ser viável. Mas sua estratégia é promover conexões substantivas e duradouras, o que inclui propugnar modos de vida que não se subordinem à tecnologia, mas se sobreponham a ela. Ademais, está ciente de que, em ambientes de reciprocidade, os atos de troca não se encerram em si mesmos; produzem satisfação e o desejo de serem repetidos sucessivamente, renovando o ciclo de dar e receber. Em setembro de 2023, a cooperativa contava com uma equipe motora de 26 pessoas e mais de 9.000 consumidores associados.

Ao lado dessa estratégia de subversão do mercado, há outras, como a criação de espaços autônomos de trocas, exemplificada por *Brotos del Trafkin*. As iniciativas podem iniciar com um pequeno grupo (o coletivo, propriamente), mas expandir-se para centenas de pessoas que aderem ao projeto e se tornam consumidoras ou usuárias associadas.

Em Frankfurt (Alemanha), um grupo de amigos e conhecidos fundou a *Die Kooperative* em 2018, com o propósito de criar um sistema alternativo de produção e consumo de alimentos. O projeto consiste em oferecer gêneros alimentícios saudáveis, orgânicos, de produção local, aproximando e integrando consumidores e produtores. A cooperativa possui uma área de 100 acres, ao lado de terrenos arrendados. Fornecedores de pequeno porte também suprem a cooperativa por meio de acordos de preços, com garantias de oferta e de compra. Pequenos produtores cuja produção não tenha volume nem caráter comercial são os únicos dispensados da certificação orgânica.

16 Por isso, o marketing dos negócios empenha-se constantemente em criar ilusões em contrário, com programas de fidelidade, clubes de clientes (vips, premium e outros) e reiteradas promessas de felicidade.

17 Como demonstra um vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=7apLcaSvZlw>) com áudio da música “The Sound of Silence”.

A cooperativa utiliza um sistema de preços administrados (por acordos prévios), de forma a garantir entregas pelos fornecedores, com margens de ganho definidas para eles, e também viabilizar a “caixa orgânica” fornecida pela cooperativa aos associados-consumidores, com itens, quantidades e preços antecipados e estáveis, além de um selo de qualidade. Em setembro de 2023, a cooperativa contava com um núcleo de coordenação (o coletivo *stricto sensu*), com a mão de obra de 25 pessoas (algumas, associadas) e de voluntários. Em poucos anos, veio a reunir 700 consumidores cooperados.¹⁸

Atuar em um ambiente de mercado, sem abrir mão da primazia da reciprocidade, é um desafio crucial para as OAS. A pesquisa sobre os coletivos indicou ainda outra via: oferecer serviços de intermediação comercial de produtos da própria ESS, respeitando critérios éticos e oferecendo vantagens monetárias.

Em Buenos Aires, o *Colectivo Solidario* foi lançado em 2010 por universitários organizados associativamente, com o objetivo de fortalecer o campo da ESS e desenvolver uma nova forma de consumo, vinculada a um projeto de transformação social. Formalizado como cooperativa de trabalho, com o lema “*La salida es colectiva*”, o coletivo articula produtores de diversas regiões do país, promove o preço justo nas transações e desenvolve atividades de sensibilização dos consumidores, sob a premissa de que comprar é um “ato político”, com impactos na sociedade. Os produtores, majoritariamente organizados em cooperativas, são selecionados com base em três critérios: a) associatividade; b) relações solidárias, livres de exploração; c) horizontalidade e participação. A cooperativa também fomenta compras coletivas e estimula grupos de consumidores, concedendo-lhes descontos. Esse coletivo insere-se numa lógica de interesse mútuo, interconexão e empatia, na qual há reversibilidade de papéis entre produtores, consumidores e vendedores.

Ethi'kdo,¹⁹ de Paris, é outro caso ilustrativo. Ativo desde 2019, investiu na inexistência de sistemas de vales-presente voltados ao consumo responsável (artigos de segunda mão, lixo zero, comércio justo, consumo com impacto positivo etc.). Sem fins lucrativos, oferece um vale-presente multimarca, ecológico e socialmente responsável, a fim de promover um consumo respeitoso com os seres humanos e com o meio ambiente.

O vale-presente tem valores à escolha do comprador e várias opções de entrega para a pessoa presenteada (ou para o próprio comprador). Os cuidados com o impacto ambiental se materializam na escolha das matérias-primas utilizadas na confecção do vale (zero plástico), entre outros aspectos. A cooperativa oferece igualmente um vale-presente para uso em restaurantes credenciados (ecológicos, vegetarianos etc.). Os serviços incluem compras em condições especiais em comércios éticos e doações voluntárias a associações de interesse público. Auditorias garantem a qualidade dos artigos oferecidos e o cumprimento das normas éticas e ambientais durante sua produção e comercialização. Os parceiros selecionados assinam uma carta de compromissos na qual se comprometem, por exemplo, a não conceder descontos na Black Friday.²⁰

A proximidade e a interação de coletivos com o mercado refletiram-se em um desempenho ligeiramente inferior nos atributos relativos às “diferenças da lógica mercantil” e em alguns aspectos de correspondência ao conceito de reciprocidade. Contudo, os dados da pesquisa e de estudos anteriores indicam que não estamos meramente diante de práticas mercantis com algum verniz, reproduzindo, ao final das contas, a lógica do mercado.

18 Esses coletivos também se enquadram no tipo multinível, discutido antes.

19 Jogo com as palavras “éthique” e “cadeau” (ética e presente).

20 O sucesso retumbante validou o modelo e motivou a concessão do Troféu da Economia Social e Solidária da Cidade de Paris.

É fato que eles se direcionam a um público amplo (de consumidores ou usuários, que podem conduzir-se diante do coletivo de forma instrumental), operam por meio de parcerias com empresas, precisam atuar com empreendedorismo e, por conta de tudo isso, em certa medida devem adequar-se às normas e parâmetros do mercado. Essas estratégias são vitais para que cumpram seu propósito de gerar impacto na economia, transformando-a por dentro. Têm-se, então, coletivos não mercantis orientados ao mercado – mas não *pele* mercado –, o que resulta em um modelo híbrido de *reciprocidade combinada com o intercâmbio*. Pode-se dizer que os coletivos se valem do espaço aberto do mercado para disseminar e ampliar práticas de reciprocidade, contribuindo, assim, para sua generalização na sociedade.

De mais a mais, nem todo sistema de troca configura uma situação de mercado. Karl Polanyi insistiu nessas diferenças, separando o *mercado* do *comércio*, ambos com variações (Gaiger, 2016). Não basta haver intercâmbios regulares entre pessoas ou organizações; é necessário que estejam submetidos a um mecanismo geral de oferta-demanda-preço, com uma série de instituições a seu serviço, para que se estabeleça uma economia de mercado. Práticas de comércio muito diversas tiveram lugar como vias auxiliares de economias integradas pelos princípios de redistribuição ou de reciprocidade, a exemplo das civilizações andinas (Murra, 1969). Superar a crença falaciosa e obsoleta na onipotência do mercado, como dizia Karl Polanyi, é um requisito para avaliar as alternativas existentes no presente.

3.3. Expandindo a reciprocidade

Como efeito de sua dinâmica vinculante, a reciprocidade tende a integrar-se a relações sociais pré-existentes, dando-lhes novas feições, bem como a expandir-se para além dos círculos em que vigorava inicialmente. De um lado, ela revitaliza e renova modos de vida caídos no esquecimento, considerados antiquados e disfuncionais. De outro lado, ela sustenta conexões mais amplas, gerando circuitos de intercompreensão, mutualismo e equidade, em última instância na direção de uma cidadania planetária (Caillé, 2001).

Em nosso estudo anterior sobre os modelos de reciprocidade (Gaiger, 2023a), despontaram iniciativas enraizadas em comunidades com longa história e forte tradição. Ao mesmo tempo em que se valia de laços atávicos de âmbito familiar e suprafamiliar (entre parentes, vizinhos, compadres etc.), base de sistemas tradicionais de entajuda, a reciprocidade servia à criação de novos projetos e dispositivos de cooperação dentro das comunidades e com o seu entorno. Grupos e associações comunitárias ganhavam novo elã e novas funções: revalorização das tradições autóctones, afirmação das identidades locais, diversificação produtiva, resistência a projetos forâneos (com frequência, de turismo predatório) e representação institucional em conselhos, fóruns e movimentos sociais. Em nossa semântica, esses são casos de hibridismo, nos quais a lógica da reciprocidade se combina com a lógica da domesticidade (em Karl Polanyi: *domesticity* ou *householding*), própria das unidades familiares. Essa integração entre princípios conduz a um processo de metamorfose, no qual relações hierarquizadas e de menor reconhecimento das individualidades tendem a ceder o passo a valores de equidade e a relações horizontais.²¹

Um traço distintivo dos coletivos de base comunitária é a presença de uma unidade englobante que amalgama os subgrupos e as iniciativas internas, estabelecendo uma linha divisória em relação ao mundo exterior. Mesmo tênue e permeável, essa linha garante o status das *pessoas de dentro*, em contraste com a impessoalidade, o anonimato e a fragilidade dos vínculos *de fora*.

21 As diferenças e relações entre a lógica das OAS (com foco na Economia Solidária) e a racionalidade econômica familiar foram discutidas em artigo publicado em *Otra Economía* (Gaiger, 2008).

Ecovilas incluídas na pesquisa sobre os coletivos sinalizam outra tendência: a criação de novas comunidades, movidas pelo princípio da reciprocidade, que restauram ou renovam padrões típicos da vida familiar, com novos ingredientes. Menos pelo costume e mais por premeditação, as ecovilas cultivam práticas de ajuda mútua, passando da reciprocidade binária simétrica ou fechada (no âmbito da família ou de sua parentela) para sistemas mais abertos, de participação voluntária e revogável, com os quais compartilham e manejam os recursos de uso comum.

Essas ecovilas, também chamadas de “comunidades intencionais”, são implantadas para levar à frente projetos coletivos previamente idealizados.²² Autonomia individual, discriminação social, igualdade de direitos, democracia, compromisso e participação são valores e diretrizes dessas comunidades, com os quais implementam mecanismos de prestações e retribuições sucessivas, em nome de um projeto de bem-viver que vincula seus membros entre si.

Um caso emblemático é a Comunidade Campina, situada na Chapada Diamantina (Brasil), uma região turística incensada por seus atrativos naturais e pelo ambiente espiritual elogiado por seus visitantes. A Campina iniciou-se em 1991 como um projeto de ocupação do solo e de proteção ambiental, baseado na permacultura. Com um grupo de 8 a 15 integrantes (dados de 2023), tem como focos a autossustentabilidade, a restauração da biodiversidade e o aprimoramento da convivência. Isto inclui atividades de pesquisa, projetos de inovação, cursos de formação e uma agenda de difusão do projeto, para que se expanda por irradiação, com parcimônia e equilíbrio. As decisões são tomadas por consenso e um sistema de rodízio garante a alternância de tarefas. A Campina participa de redes de comunidades intencionais e de movimentos relacionados à sustentabilidade social e ambiental.

Uma peculiaridade da dádiva vivenciada em nossos dias é o fato de dar-se, por vezes, em direção a pessoas desconhecidas, de quem não se espera retribuição direta, mas que repitam o gesto com terceiros, e assim sucessivamente. A dádiva inicial se faz a um anônimo, como nas doações de sangue, ou mesmo a uma multidão, como nas campanhas humanitárias. O que a motiva é o sentimento de que algo nos vincula aos demais: por sermos da mesma espécie, por habitarmos o mesmo planeta, por dependermos uns dos outros. Essa dádiva, “entre estranhos” (Godbout, 1999), corresponde a situações de reciprocidade assimétrica, não igualitária, em que as contribuições não visam a obter retribuições, mas a cumprir um dever moral e a disseminar o espírito da reciprocidade.

Muitas OAS destinam suas contribuições a grupos, comunidades ou categorias sociais diversas, sem garantia ou mesmo sem propósito de retorno. Sua missão reside em ser benevolente com quem precisa de amparo e não dispõe das condições para ser dádivo na mesma medida.²³ Algumas trabalham com populações em situação de vulnerabilidade, com pessoas sem direitos reconhecidos, com vítimas de toda a sorte de desigualdades, numa lógica de reparação e inclusão social. Outras atuam distribuindo bens e conhecimentos por meio de formação e de alternativas informacionais (como Internet e softwares gratuitos). Outras protegem o meio ambiente, as demais espécies e o planeta. Outras ainda promovem a cultura e as artes das periferias, interseccionando essas ações com questões de exploração econômica e de discriminação.

A cidade de São Miguel do Gostoso (Brasil) conhece uma iniciativa de moradores em defesa do meio ambiente e da preservação das belezas naturais da região. Em 2019, foi criada a Associação Planeta

22 Há vários diretórios de ecovilas, como <https://ecovillage.org/> (*Ecovillage Global Network*) e <https://www.ic.org/directory/> (*Foundation for Intentional Community*).

23 A benevolência, no sentido dado ao termo aqui, se materializa na dedicação a outrem (pessoas ou não), sem expectativa de ganho, que é substituída pela satisfação de ver o bem causado e constatar a sua retransmissão a terceiros, por contágio e pela iniciativa das pessoas beneficiadas.

Gostoso, motivada pela preocupação crescente de mulheres com os problemas ambientais, potencializados pelo crescimento rápido e não planejado da cidade, em razão do boom turístico recente. O trabalho, em várias frentes e exigindo grande persistência, é voluntário. Os recursos provêm das associadas e de editais. Várias parcerias auxiliam nas atividades de forma colaborativa e gratuita.

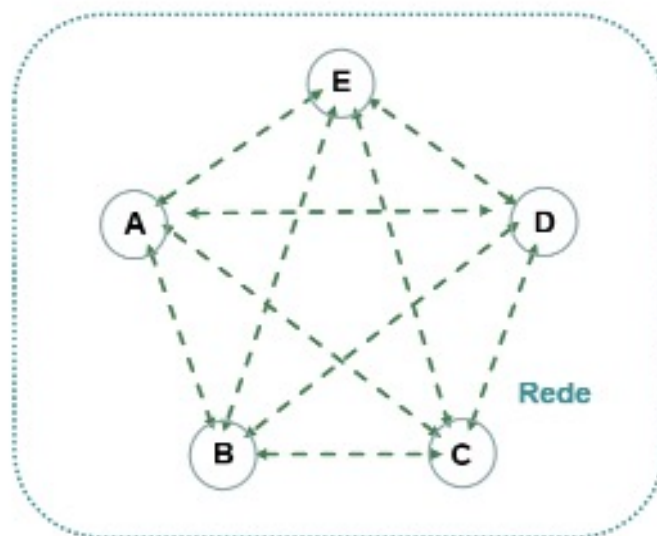
Em Neoules (França), foi criada em 2019 a Associação *YesWiki*, com o objetivo de oferecer suporte jurídico e meios de interação entre pessoas interessadas no desenvolvimento e no uso cooperativo de ferramentas vinculadas ao software livre *YesWiki*, além de servir como espaço de animação da comunidade assim formada. A associação promove encontros anuais entre seus integrantes e oferece diversas formações em cidades francesas. Financia-se por meio de cotizações, subvenções públicas, prestações de serviços cobrados e doações, mas suas atividades são basicamente voluntárias e prestadas gratuitamente.

Em certa medida, em todas as formas de reciprocidade manifestam-se atitudes de gratuidade e desprendimento. No modelo de benevolência, porém, a gratuidade acentua-se à medida que, no ato de contribuir, espera-se que as pessoas beneficiadas façam o mesmo por iniciativa própria e passem adiante o espírito de reciprocidade; que sejam benevolentes com outras pessoas, ampliando o circuito de laços vinculantes. Tem-se um caso de *reciprocidade ternária* (Sabourin, 2011a), que se expande em várias direções e pode envolver inúmeros parceiros. Nos dias atuais, ela convoca os ativistas à responsabilidade em relação ao bem comum, ao meio ambiente e às futuras gerações.

É comum que os coletivos tenham relações de cooperação e colaboração com seus congêneres, multiplicando laços de reciprocidade. Esse traço é mais acentuado em coletivos inseridos organicamente em redes ou circuitos de reciprocidade com outras iniciativas similares, por meio dos quais realizam seus propósitos ou garantem sua sobrevivência e prosperidade. Esses coletivos surgem ou se mantêm, material e ideologicamente, graças a essas conexões. Eles funcionam em um modelo de rede. Não existem sucursais, filiais ou emanações de um coletivo criador da rede, tampouco hierarquias típicas de processos top-down. Inexiste uma superestrutura de comando sobreposta aos coletivos, embora possam existir dispositivos de coordenação, prevalecendo critérios de equidade e práticas de governança horizontal.

O esquema do coletivo “Dandô – Movimento de Artes e Saberes Dércio Marques” é, por assim dizer, uma reedição do circuito Kula, comentado por Karl Polanyi, a propósito da reciprocidade entre os maoris (ver seção 2). Ele constitui uma rede de núcleos municipais de músicos e artistas que promovem espetáculos em sistema de rodízio. Cada núcleo local recebe artistas de fora, produz espetáculos e realiza encontros de confraternização. Nos núcleos e rede locais de apoio, há uma prática colaborativa, motivada pelo apreço à arte, que propicia uma programação coesa e aberta à participação de músicos e artistas. Nas redes estaduais e nacional, há conexões entre os núcleos, garantidas com o mesmo espírito e propiciando a circulação de artistas de uma regional ou Estado a outro, o que resulta em uma agenda de espetáculos, encontros e debates. O Dandô funciona desde 2013 e conta com 40 cidades envolvidas no Brasil.

Figura 3. A reciprocidade multidirecional.



Fonte: elaboração própria.

O modelo de reciprocidade correspondente é multidirecional (Figura 3): um sistema de relações sem raiz ou centro de comando, cuja dinâmica provém de múltiplos fluxos que se afetam e se implicam mutuamente. Embora possa haver uma estrutura de coordenação da rede ou coletivos mais influentes por suas características singulares ou por seu papel pioneiro na construção daquele circuito, tais coletivos não se posicionam como o ápice de uma estrutura piramidal. Nesse modelo, são os fluxos de reciprocidade entre os coletivos que determinam, em larga medida, sua razão de ser, identidade e dinâmica.

Considerações finais

Esperamos ter deixado claro o conceito de reciprocidade, indo além de sua apreensão e de seu uso comum, bem como a sua relevância histórica, do passado ao presente. Esperamos também que as indicações para a operacionalização do conceito em pesquisas motivem estudos com esse enfoque, tornando visível sua presença nas dinâmicas sociais alternativas. Importa também que a reciprocidade não seja apreendida como um quadro fixo, mas sim como um vetor dinâmico das organizações, sustentando seus passos e sua evolução.

Há lugar para novos estudos históricos sobre a reciprocidade, na esteira das obras seminais de Marcel Mauss e Karl Polanyi, entre outros. E também para vê-la com a devida atenção em nossas sociedades. Sobretudo nesse caso, ela se apresenta como uma escolha racional: se não temos hierarquias entre nós e não aceitamos aquelas que o sistema nos oferece ou tenta impor (com seu corolário de desigualdade de direitos e deveres), se ninguém possui mais recursos do que os demais e, de todo modo, recusamos a lógica do poder econômico e da competição sem fim (com inevitáveis perdedores e ganhadores), resta outra via, senão a reciprocidade?

Essa via de entendimento acarreta consequências teóricas e políticas fundamentais. Pois implica descartar a supremacia atemporal da economia e a obsessão pelo crescimento, falácias que andam juntas com a naturalização da nossa suposta racionalidade utilitarista, objeto de uma crítica fulcral

ARTÍCULO

A função da reciprocidade em organizações ativistas...

LUIZ INÁCIO GAIGER

de Amartya Sen, Nobel da Economia. Implica adotar outro ponto de partida, qual seja a função primordial dos vínculos, condição que, aliás, nos guia desde os primeiros momentos como nascituros, como enfatizou Donald Winnicott em sua imponente obra. No lugar de ciclos perpétuos de inovação e crescimento material, a tarefa de nossa civilização é alcançar o bem-estar, dizia John Keynes em sua “carta aos nossos netos”, de 1930. E poderíamos ir além, medindo os avanços pelo grau e pela qualidade dos vínculos sociais de cada sociedade, como propõe Gaël Giraud.

Apenas a história e a nossa atenção aos fatos, com enfoques apropriados, poderão mostrar se Marcel Mauss e Karl Polanyi foram demasiadamente otimistas ou se descobriram uma chave potente para guiar os nossos passos.

Referências

- » Borzaga, C. e Defourny, J. (Eds.) (2001). *The Emergence of Social Enterprise*. Routledge <https://doi.org/10.4324/9780203164679>.
- » Caillé, A. (2000). *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Desclée de Brouwer.
- » Caillé, A. (2001). La société mondiale qui vient. In: J. L. Lavillem, A. Caillé e P. Chaniel (Ed.). *Association, démocratie et société civile* (pp. 183-208). La Découverte. <https://doi.org/10.3917/dec.lavil.2001.02.0183>
- » Eschweiler, J., Svensson, S., Mocca, E., Cartwright, A. e Villadsen Nielsen, L. (2019). The Reciprocity Dimension of Solidarity: Insights from Three European Countries. *Voluntas*, 30, 549–561. <https://doi.org/10.1007/s11266-018-0031-x>
- » Gaiger, L. (2008). A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário. *Otra Economía*, 2(3), 58-72.
- » Gaiger, L. (2016). *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. Editora Unisinos.
- » Gaiger, L. (2020). A reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum. Uma resposta ao capitalismo de crise. *Otra Economía*, 13(24), 3-24.
- » Gaiger, L. (2021). A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária. *Nova Economia*, 31(1), 157-183. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5787>
- » Gaiger, L. (2023a). Modelos de reciprocidade nos novos coletivos de ação. *Otra Economía*, 16(29), 248-270.
- » Gaiger, L. (2023b). A função basilar da reciprocidade na Economia Solidária. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 48(258), 28-48.
- » Gaiger, L. (2025a). Emergência, características e práticas dos coletivos: contribuições de um estudo multilocal. *Civitas*, 25, 1-12. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46373>
- » Gaiger, L. (2025b). Sentidos e singularidades dos novos coletivos de ação. *Cadernos CRH*, 38, 1-16. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.51678>
- » Gaiger, L. e Santos, A. (Orgs.) (2017). *Solidariedade e ação coletiva: trajetórias e experiências*. Editora Unisinos.
- » Gaiger, L. e Wanderley, F. (2022). Padrões das organizações alternativas à lógica do capital na América Latina. *Polis: Revista Latinoamericana*, 21(61), 141-161. <https://doi.org/10.32735/S0718-6568/2022-N61-1601>

- » Gardin, L. (2006). *Les initiatives solidaires. La réciprocité face au marché et à l'état*. Éditions Éres. <https://doi.org/10.3917/eres.gardi.2006.01>
- » Godbout, J. (1999). *O espírito da dádiva*. Fundação Getúlio Vargas.
- » Malinowski, B. (2018). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Ubu Editora.
- » Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. Cosac Naify.
- » Murra, J. (1969). *Reciprocity and Redistribution in Andean Civilizations*. HAU Books.
- » Oliveira, P. (Org.) (2001). *O lúdico na cultura solidária*. Hucitec.
- » Polanyi, K. (1947a). On Belief in Economic Determinism. *Sociological Review*, 39(1), 96-112. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1947.tb02267.x>
- » Polanyi, K. (1947b). Our Obsolete Market Mentality. *Commentary*, 3(2), 109-117.
- » Polanyi, K. (1968). *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Anchor Books.
- » Polanyi, K. (1977). *The Livelihood of Man* (Ed. por Harry W. Pearson). Academic Press.
- » Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Campus.
- » Polanyi, K. (2012). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Contraponto.
- » Polanyi, K., Arensberg, C. e Pearson, H. (1957). *Trade and Markets in the Early Empires. Economies in History and Theory*. The Free Press.
- » Polanyi, K. et al. (2012). *Textos escogidos*. Altamira.
- » Sabourin, E. (2008). Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), 131-138. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100008>
- » Sabourin, E. (2011a). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. UFRGS.
- » Sabourin, E. (2011b). Teoria da reciprocidade e socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, 13(27), 24-51. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200003>
- » Sahlins, M. (1972). *Stone Age Economics*. Aldine – Atherton.
- » Schaniel, W. e Neale, W. (2000). Karl Polanyi's Forms of Integration as Ways of Mapping. *Journal of Economic Issues*, XXXIV(1), 89-104. <https://doi.org/10.1080/00213624.2000.11506245>